**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

**PROCESSO 0685/10
PLL Nº 24/10**

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Legislativo em referência, que proíbe a realização e divulgação de apostas coletiva –bolões – nas agências lotéricas localizadas no Município de Porto Alegre.

Por força do disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição da República, compete ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

A Constituição Estadual, por sua vez, no artigo 13, inciso I, declara competir ao Município exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local.

A Lei Orgânica determina, também, a competência do Município para prover tudo quanto concerne ao interesse local, para ordenar as atividades urbanas, fixando condições para atendimento ao público, e para licenciar para funcionamento os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviço e similares (arts. 8º, inciso IV, e 9º, inciso II e XII).

Dispõe, ainda, competir ao Município promover ação sistemática de proteção ao consumidor (art. 153).

Consoante se infere do exposto, há autorização legal para atuação do legislador municipal no âmbito da matéria objeto da proposição.

Contudo, por força do disposto no artigo 22, inciso XX, da Constituição da República, compete privativamente à União legislar e dispor sobre sistemas de sorteios, preceito que, s.m.j., resta afetado pelos conteúdos normativos dos artigos 1º e 2º do projeto de lei.

Inclusive, cabe aduzir que a exploração de loterias constitui serviço público exclusivo da União (art. 1º, do Decreto-Lei nº 204/1967).

De sinalar, finalmente, que o disposto nos artigos 4º e 5º e no parágrafo único do artigo 3º da proposição, consubstanciando imposição de obrigações ao Poder Executivo e interferência na gestão de rendas públicas, vênha concedida atrai violação ao princípio da independência dos poderes (CF, art. 2º) e aos preceitos orgânicos que atribuem competência privativa ao Chefe do Poder Executivo para realizar a administração municipal (LOMPA, art. 94, incisos IV e XII).

É o parecer que submeto à deliberação superior.

Em 30 de março de 2010.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador – OAB/RS 18.594

À Diretoria Legislativa, com o parecer prévio desta Procuradoria, para os devidos fins.

Em 30/03/10.

Marion Huf Marrone Alimena
Procuradora-Geral
OAB/RS 12.281